

Necessidade de ajustes na Previdência foi apontada como ponto crucial para a retomada do crescimento econômico

Hoje a despesa da Previdência é a principal razão do aumento de gastos do país. Segundo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o gasto com o pagamento de benefícios nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) representa 13% do PIB. “Para que o país possa continuar investindo em outras áreas como saúde e educação é preciso estabilizar a Previdência”, afirmou o ministro durante a abertura do Seminário “Os caminhos para a Reforma da Previdência”, organizado pelo Jornal Valor Econômico, em Brasília, nesta segunda-feira (17).

O ministro apresentou ainda as contas da Previdência urbana e rural. Segundo Meirelles o resultado é estruturalmente negativo. Em 2016 chegou a R\$ 150 bilhões. “Levando-se em conta o processo como um todo, chega-se a R\$ 180 bilhões e está crescendo”.

Segundo o secretário de Previdência, Marcelo Caetano, as mudanças que estão sendo propostas com a Reforma são necessárias para reduzir as distorções no sistema. “A despesa com o pagamento de benefícios previdenciários é alta. Devido à situação demográfica do país, os gastos com previdência vão aumentar e as mudanças são necessárias para reduzir as distorções”, explicou Caetano.

Durante o encontro destacou-se também a Taxa de Reposição, que é a razão entre o valor das aposentadorias e o salário do trabalhador. No Brasil a Taxa de Reposição proposta pela PEC nº 287 é de 76%, que segundo os especialistas é maior, por exemplo, do que em países europeus onde chega a 56%.

O encontro reuniu representantes do setor público, economistas e especialistas para discutir as mudanças da Previdência. Participaram também dos debates, o Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, o coordenador de Economia Aplicada do IBRE/FGV, Armando Castelar, o economista, Raul Velloso, o professor da FGV, Kaizô Beltrão, o presidente da Comissão Especial de Reforma da Previdência da Câmara dos Deputados, Carlos Marun, e o presidente Nacional da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patah.

Fonte: Previdência Social, em 17.04.2017.